

CONCURSO PÚBLICO

Edital 001/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO

CADERNO DE PROVAS

| | |
|----------------------------|--|
| CADERNO 5 | CARGO: <ul style="list-style-type: none">• ADVOGADO |
| PROVAS: | <ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• NOÇÕES DE INFORMÁTICA• LEGISLAÇÃO• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS |

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este caderno de provas contém um total de **50** (cinquenta) questões objetivas, sendo 15 de Língua Portuguesa, 8 de Noções de Informática, 7 de Legislação e 20 de Conhecimentos Específicos. Confira-o.
2. As provas terão duração de, no mínimo, 1 (uma) hora e, no máximo, de 4 (quatro) horas, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
3. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
4. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
5. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com a folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
6. O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas decorrida **1** (uma) hora do início de aplicação das mesmas, por motivo de segurança e sigilo.
7. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
8. As questões e os gabaritos oficiais das Provas Objetivas serão divulgados nos endereços eletrônicos www.conceicaoomatodentro.mg.leg.br e www.fumarc.org.br e publicados nos demais veículos de comunicação previstos no Edital, no 1º (primeiro) dia útil subsequente à realização das provas.
9. A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

| Nº de Inscrição | Nome |
|----------------------|----------------------|
| <input type="text"/> | <input type="text"/> |

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO 1

Meninxs, eu vi!

Na coluna 'Palavreado', Sírio Possenti discute as relações entre gênero gramatical e gênero social. Será realmente necessário alterar a concordância de certas expressões para evitar o sexismo?

Por: Sírio Possenti

Publicado em 26/11/2015

A pretexto de incluir todos os gêneros, o colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, passou a adotar, em comunicados oficiais, uma grafia que elimina Os e As em palavras como “alunos” e “alunas”, substituindo essas letras por X: “alunxs”. A opção faz parte de uma plethora de casos em que se pretende corrigir aspectos da língua e de textos, supostamente por serem ofensivos, excludentes ou inexactos.

Na categoria dos inexatos está, por exemplo, a intervenção (basicamente da Rede Globo, mas que pegou) visando corrigir a expressão “risco de vida” por “risco de morte”. A ideia é que risco para a vida não é risco de vida, que significaria risco de viver.

A análise da expressão, sem considerar seu domínio semântico mais amplo, corre o risco de ser falsa. No mínimo, deveriam ser levadas em conta construções como “arriscar a vida”, que significa 'correr risco de perder a vida' (análoga a “arriscar o salário nos cavalos”, que significa, evidentemente, 'correr risco de perder o salário...'). É o que se pode ver nos bons dicionários (Houaiss registra “arriscar: expor a risco ou perigo”) e mesmo em outras línguas (como *risquer la vie*, em francês, cf. *Petit Larousse*). Em suma: ninguém arrisca a morte, ninguém arrisca perder o que não tem. Por isso, só se corre risco de vida.

Outras correções são tão ou mais bobas que esta. Por exemplo, “quem tem boca vaia Roma”, por “vai a Roma”; “batatinha quando nasce, põe a rama pelo chão” por “se esparrama pelo chão”; “matar a cobra mostrar a cobra”, em vez de “mostrar o pau” etc.

Sabe-se que as línguas mudam. Em geral, fazem isso seguindo forças mais ou menos ‘ocultas’. Políticas linguísticas dificilmente interferem em questões como o sentido das palavras ou de textos, pequenos ou grandes. Elas podem registrar, inibir ou incentivar. Mas não criam nem desfazem fatos.

Os casos acima mencionados podem ser considerados, além de tudo, erros de análise. Provérbios não são literais: “quem tem boca vai a Roma” significa que, perguntando, pode-se chegar a qualquer lugar (não se trata de boca, mas de fala, nem de Roma, mas de qualquer lugar).

Ref.: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/meninxs-eu-vi> [adaptado]

Considere o texto “Meninxs, eu vi!” para responder as questões de 01 a 05.

QUESTÃO 01

Sobre o título do texto, é **ERRADA** a seguinte afirmação:

- (A) Demanda do leitor conhecimento prévio.
- (B) Faz referência a uma canção popular brasileira.
- (C) Menciona fatos linguísticos usados por adolescentes.
- (D) Solicita conhecimento sobre novos fatos linguísticos.

QUESTÃO 02

Entre os sintagmas seguintes, indique aquele que poderia servir de título para o texto de Sírio Possenti:

- (A) A mobilização dos linguistas.
- (B) Gênero e língua.
- (C) Língua e texto.
- (D) Quem tem boca vai a Roma.

QUESTÃO 03

Qual o sentido da palavra *pletora* no texto?

- (A) Abundância.
- (B) Irregularidade.
- (C) Limitação.
- (D) Necessidade.

QUESTÃO 04

Em *Sabe-se que as línguas mudam. Em geral, fazem isso seguindo forças mais ou menos 'ocultas'*, as aspas simples têm a função de:

- (A) Abrir uma citação.
- (B) Expressir uma ironia.
- (C) Ressaltar uma negação.
- (D) Sugerir um neologismo.

QUESTÃO 05

Provérbios não são literais. Esse enunciado pode ser substituído, sem perda de sentido, por:

- (A) Provérbios não são abstratos.
- (B) Provérbios não têm sentido ambíguo.
- (C) Provérbios não têm sentido único.
- (D) Provérbios têm valor denotativo.

TEXTO 2**A ESCRITA NÃO É "A LÍNGUA"**

Por Marcos Bagno*

UMA LONGUÍSSIMA tradição de vinte e cinco séculos se impregnou de tal modo na cultura ocidental que a jovem ciência linguística, que conta pouco mais de 150 anos, ainda peleja para fazer valer seus postulados, muito mais lógicos e racionais. É a ideia (ou, melhor, a ideologia) de que “a língua” é uma entidade muito restrita, acessível a poucos iluminados, aqueles grandes escritores (todos homens, é claro) que se tornaram os “clássicos do idioma”. Não é à toa que o português é chamado de “a língua de Camões”, o espanhol de “a língua de Cervantes”, o italiano de “a língua de Dante”, o inglês de “a língua de Shakespeare” e por aí vai. A escrita literária, desde o surgimento dos estudos gramaticais no mundo de língua grega, trezentos anos antes de Cristo, tem sido vítima dessa apropriação ideológica. Qual é o problema? O grande escritor não é grande porque respeita mais ou desobedece menos as regras da gramática tradicional. O grande escritor é aquele que vai além do normal e do normativo, que tenta dar vazão à sua sensibilidade, exprimir de modo novo e surpreendente o que a realidade lhe comunica. É preciso libertar a língua usada pela imensa maioria das pessoas do peso insuportável de ser comparada aos usos feitos pelos grandes escritores. As pessoas não podem até hoje ser oprimidas e reprimidas pela culpa absurda de não falar tal como Machado de Assis escreveu seus romances no final do século 19!

A escrita literária é só uma parcela microscópica de todos os múltiplos e variados usos possíveis da língua. Ela não serve para a descrição gramatical da língua, de como ela funciona, das regras em vigor. Para a ciência linguística, a língua é, primordialmente, aquilo que as pessoas falam no dia a dia, em suas interações normais, espontâneas, na construção de sua identidade pessoal e da identidade de sua comunidade. Por isso é que não se pode dizer que em Brasil e Portugal “se fala a mesma língua”. Não, não se fala: brasileiros e portugueses seguem regras totalmente diversas na hora de falar, têm coisas que só existem lá e não existem aqui e vice-versa. Quando falamos, contribuímos para a construção única e exclusivamente da nossa identidade social e cultural. É maravilhoso podermos ler a produção literária portuguesa, mas isso não significa que se trate “de uma mesma língua”. Basta ler os textos em voz alta para se dar conta disso!

Durante mil anos, na Europa, a única língua de cultura foi o latim clássico: os letrados (só homens, é claro!) já falavam suas línguas maternas na vida diária, mas elas não eram consideradas dignas de estudo, de ensino e de aparecer na escrita respeitada. Foi preciso esperar o Renascimento para que isso acontecesse. Pois é assim que nos encontramos hoje no Brasil, numa Idade Média linguística: falamos o português brasileiro, uma língua viva, dinâmica, com gramática própria, mas ainda nos cobram o ensino e o uso de um “latim clássico”, que é o português literário consagrado antigo. E dá-lhe ensinar conjugação verbal com “vós”, regências verbais que não significam nada para nós, usos de pronomes que não correspondem ao que a gente realmente sente e quer expressar. Já passou da hora da nossa língua (e não “de a nossa língua”, por favor!) ocupar de direito o lugar que já ocupa de fato: o de língua materna de mais de 200 milhões de pessoas, uma das mais faladas do mundo, num País com crescente importância geopolítica e econômica mundial. “E deixe os portugueses morrerem à míngua!”.

*Marcos Bagno é linguista, escritor e professor da UNB.

Ref.: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/revista/204-edicao-226/5859-falar-brasileiro-a-escrita-nao-e-a-lingua-2>

Considere o texto *Escrita não é “a língua”* para responder as questões de 06 a 11.

QUESTÃO 06

NÃO reflete a temática do texto:

- (A) A língua é heterogênea e varia no tempo e no espaço.
- (B) As formas de escrever e pronunciar não são sempre iguais.
- (C) Língua e escrita são equivalentes no que se refere à variação.
- (D) Variação linguística é um tema controverso.

QUESTÃO 07

Com o sintagma grifado (*todos homens, é claro*), no 1º. parágrafo, o autor

- (A) determina uma probabilidade em relação ao que se afirma anteriormente.
- (B) estabelece uma objetividade para a afirmativa feita anteriormente.
- (C) estabelece uma reserva em relação à afirmativa anterior.
- (D) exprime seu ponto de vista sobre o que foi anteriormente afirmado.

QUESTÃO 08

Em relação ao ponto de vista do autor sobre o uso da língua, considere os enunciados a seguir:

- I. Me empresta seu livro.
- II. Vem me buscar quando quiser.
- III. Não estou certa de que essa decisão satisfaz a todos.

É **possível** o que se apresenta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.

QUESTÃO 09

O trecho colocado entre aspas, “E deixe os portugueses morrerem à míngua!”, indica que se trata de

- (A) comentário pessoal do autor do texto sobre o uso da língua.
- (B) citação de uma fala proferida anteriormente.
- (C) ênfase dada ao enunciado.
- (D) repetição desnecessária de informação já dita anteriormente.

QUESTÃO 10

Em relação aos verbos, os pronomes átonos podem situar-se em três posições: próclise, mesóclise e ênclise. Nas frases abaixo, estão sendo utilizados, **respectivamente**, como:

- I. E dá-lhe ensinar conjugação verbal com “vós”
- II. o que a realidade lhe comunica

- (A) Ênclise e próclise.
- (B) Mesóclise e ênclise.
- (C) Próclise e ênclise.
- (D) Próclise e mesóclise.

QUESTÃO 11

No segmento *mas ainda nos cobram o ensino e o uso de um “latim clássico”, **que** é o português literário consagrado antigo*, o item destacado tem valor:

- (A) Anafórico.
- (B) Catafórico.
- (C) Dêitico.
- (D) Elíptico.

QUESTÃO 12

Tomando como base a norma padrão da Língua Portuguesa, examine os enunciados a seguir:

- I. Comprei na loja de conveniência vários itens.
- II. As rubricas dos documentos eram falsas.
- III. O projeto está promovendo uma campanha de ajuda as crianças vítimas da seca.
- IV. Vamos esperar que V. S^a. manifeste sua escolha.

Está **CORRETO** apenas o enunciado:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) IV.

QUESTÃO 13

Sobre o uso do ONDE, de acordo com a norma padrão da Língua Portuguesa, está **CORRETA** a frase:

- (A) O advento da cidade grega marca o declínio do sistema onde os juramentos decidiam por meio da força religiosa.
- (B) Onde ficou o menino que estava procurando pela mãe?
- (C) Onde você quer chegar com esses argumentos?
- (D) Particpei de uma banca onde havia quatro inscritos.

QUESTÃO 14

Uma das normas para o uso **CORRETO** da vírgula diz que:

- (A) usam-se vírgulas separando segmentos restritivos.
- (B) sujeito e predicado são separados por vírgula.
- (C) em omissões de termos no interior da frase, exige-se a vírgula.
- (D) em expressões intercaladas como “em suma” não se usa a vírgula.

QUESTÃO 15

Considere as alterações feitas nos segmentos a seguir:

I.

Ronaldo que foi goleador de 2002 não é o Ronaldo que o Corinthians contratou.
Ronaldo, que foi goleador de 2002, não é o Ronaldo que o Corinthians contratou.

II.

O homem de que estamos falando é o culpado.
O homem que estamos falando é o culpado.

III.

Menor é acusado de assalto à padaria.
Adolescente é acusado de assalto à padaria.

Com as modificações feitas na 2ª frase, **altera-se** o sentido do que foi afirmado na 1ª frase em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.

PROVA DE NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 16**

Analise as seguintes afirmativas sobre as opções disponíveis no grupo “Células” da guia “Página Inicial” do Microsoft Excel, versão português do Office 2010:

- I – A opção “AutoAjuste da Altura da Linha” está disponível no menu “Formatar”.
- II – A opção “Inserir Células” está disponível no menu “Inserir”.
- III – A opção “Excluir Planilha” está disponível no menu “Formatar”.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 17

Considere o seguinte intervalo de células preenchidas no Microsoft Excel, versão português do Office 2010:

| | A | B |
|---|---|----|
| 1 | 1 | 6 |
| 2 | 2 | 7 |
| 3 | 3 | 8 |
| 4 | 4 | 9 |
| 5 | 5 | 10 |

Todos os resultados das fórmulas a seguir estão corretos, **EXCETO**:

- (A) O resultado da fórmula “=SOMA(A1:A5;B1:B5)” é 22.
- (B) O resultado da fórmula “=SOMA(A1:B1;A5:B5)” é 22.
- (C) O resultado da fórmula “=SOMA(A1:B5)” é 55.
- (D) O resultado da fórmula “=SOMA(A1;B5)” é 11.

QUESTÃO 18

Analise as opções a seguir e assinale a opção cuja descrição está **correta** em relação aos tipos de gráficos do Microsoft Excel, versão português do Office 2010:



(A) Gráfico de pizza destacada.



(B) Gráfico de dispersão com linhas suaves e marcadores.



(C) Gráfico de dispersão com linhas suaves.



(D) Gráfico de linhas empilhadas.

QUESTÃO 19

Em relação às teclas de atalho do Microsoft Internet Explorer 11, versão português, correlacione as colunas a seguir:




| Ícone | Modo de Exibição |
|------------|--|
| I. Ctrl+J | () Tela inteira. |
| II. F11 | () Ferramentas. |
| III. Alt+C | () Exibir downloads. |
| IV. Alt+X | () Exibir favoritos, feeds e histórico. |

Está **CORRETA** a sequência de respostas, de cima para baixo:

- (A) III, IV, I, II.
- (B) III, I, IV, II.
- (C) II, IV, I, III.
- (D) II, I, IV, III.

QUESTÃO 20

Analise as seguintes afirmativas sobre as opções disponíveis na guia “Página Inicial”, ou nos menus acionados a partir dessa guia, no Microsoft Outlook, versão português do Office 2010:

- I – O ícone  pode ser utilizado para criar um novo compromisso.
- II – O ícone  pode ser utilizado para criar uma nova reunião.
- III – O ícone  pode ser utilizado para criar uma nova tarefa.

Estão **CORRETAS** as afirmativas:

- (A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.

QUESTÃO 21

Considere a figura abaixo do Windows Explorer do Microsoft Windows 7, versão português:







São opções disponíveis no botão “Organizar” em destaque, **EXCETO**:

- (A) Mapear unidade de rede
- (B) Layout
- (C) Propriedades
- (D) Opções de pasta e pesquisa





QUESTÃO 22

Opção disponível na guia “Layout da Página” que permite adicionar uma borda em torno da página no Microsoft Word, versão português do Office 2010:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

QUESTÃO 23

Em relação às opções disponíveis no grupo “Ilustrações” da guia “Inserir” no Microsoft Word, versão português do Office 2010, correlacione as colunas a seguir:

| | Ícone da opção | Opção |
|------|---|--------------|
| I. |  | () Imagem |
| II. |  | () Clip-Art |
| III. |  | () SmartArt |
| IV. |  | () Formas |

Está **CORRETA** a sequência de respostas, de cima para baixo:

- (A) III, II, I, IV.
 (B) II, IV, III, I.
 (C) II, I, IV, III.
 (D) II, III, IV, I.

PROVA DE LEGISLAÇÃO**QUESTÃO 24**

Nos termos da Lei Orgânica Municipal de Conceição do Mato Dentro, são objetivos fundamentais do Município, **EXCETO**:

- (A) Dar assistência aos distritos e povoados, visando especialmente à sua propulsão socioeconômica e administrativa.
- (B) Incentivar as políticas destinadas à manutenção, preservação e melhoria da ordem econômica municipal.
- (C) Preservar os valores artísticos, culturais, históricos, turísticos e paisagísticos.
- (D) Promover o bem comum, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

QUESTÃO 25

É **vedado** ao Município de Conceição de Mato Dentro, nos termos de sua Lei Orgânica Municipal:

- (A) Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- (B) Permitir que, por lei estadual, o território do Município seja incorporado, fundido e desmembrado.
- (C) Recusar fé aos documentos públicos e privados.
- (D) Zelar, no seu território, e nos limites de sua competência, pela efetividade dos direitos individuais e sociais que a Constituição da República confere aos brasileiros e estrangeiros.

QUESTÃO 26

A respeito do Município de Conceição do Mato Dentro, com base em sua Lei Orgânica, é **possível** afirmar:

- (A) A alteração de topônimo, feita em lei estadual, é precedida de Decreto da Câmara Municipal, aprovada por dois terços de seus membros, no mínimo; e aprovação da população do Município, com manifestação favorável de, no mínimo, metade dos respectivos eleitores.
- (B) O Tribunal de Contas do Município de Conceição do Mato Dentro será responsável pelo auxílio do Poder Legislativo Municipal na análise de contas do Chefe do Poder Executivo.
- (C) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário Municipal.
- (D) São símbolos do Município apenas a Bandeira e o Hino.

QUESTÃO 27

Em relação ao Centro de Atendimento ao Cidadão – CAC – estabelecido pela Lei Municipal nº 2136/15, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O CAC é associação de Direito Privado, vinculada ao Município por meio de termo de fomento, com objetivo de implementar políticas de interesse local voltadas para a mobilização, conscientização, orientação e inclusão social.
- (B) O CAC é órgão administrativo da Prefeitura Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento, com objetivo de implementar políticas de interesse local voltadas para a mobilização, conscientização, orientação e inclusão social.
- (C) O CAC é órgão administrativo da Câmara Municipal, vinculado à Diretoria Geral, com objetivo de implementar políticas de interesse local voltadas para a mobilização, conscientização, orientação e inclusão social.
- (D) O CAC é órgão auxiliar da Câmara Municipal, com objetivo de implementar políticas de interesse local voltadas para a mobilização, conscientização, orientação e inclusão social.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei Orgânica Municipal, compete ao Município de Conceição de Mato Dentro suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber, em especial, **EXCETO**:

- (A) Coibir a caça e a pesca predatória.
- (B) Conservar a natureza, notadamente as florestas e a fauna, defender o solo e os recursos naturais, proteger o meio ambiente e controlar a poluição.
- (C) Instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (D) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

QUESTÃO 29

Nos termos da Lei Orgânica Municipal, compete **privativamente** ao Município de Conceição de Mato Dentro, entre outros itens:

- (A) Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- (B) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (C) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (D) Registrar, vacinar e capturar animais nas áreas urbanas.

QUESTÃO 30

Nos termos da Lei Orgânica Municipal, no que tange à organização da Administração Pública do Município de Conceição do Mato Dentro, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Apenas o agente público ocupante de cargo em comissão deve motivar o ato administrativo que praticar, explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade.
- (B) Ao Município somente é permitido instituir ou manter fundação pública com a natureza de pessoa jurídica de direito público.
- (C) Na elaboração do plano diretor, o Poder Executivo poderá dispensar, por maioria dos votos dos Vereadores, a colaboração da sociedade, por meio de entidades que a representem em audiências públicas.
- (D) O cargo de dirigente do Procon é cargo efetivo, provido por meio de concurso público.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Sobre princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) De acordo com o princípio da mutabilidade do regime jurídico, é possível estabelecer tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes de atendimento aos distintos segmentos de usuário.
- (B) O princípio da continuidade do serviço público, em decorrência do qual o serviço não pode parar, tem como uma de suas consequências a aplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e permitir a continuação do serviço.
- (C) Pelo princípio da flexibilidade dos meios aos fins, fica proibida a aplicação da exceção do contrato não cumprido contra a Administração Pública quando o contrato tiver como objeto a prestação de serviços públicos essenciais.
- (D) Pelo princípio da igualdade dos usuários, fica a Administração Pública autorizada a realizar mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.

QUESTÃO 32

São princípios inerentes às licitações públicas, expressos na Lei 8.666, de 23 de junho de 1993, **EXCETO**:

- (A) Finalidade e motivação.
- (B) Legalidade e impessoalidade.
- (C) Publicidade e probidade administrativa.
- (D) Vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

QUESTÃO 33

Acerca dos atributos dos atos administrativos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A autoexecutoriedade é o atributo que permite que o ato administrativo seja executado pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- (B) A imperatividade é o atributo do ato administrativo que permite que o ato administrativo seja executado independentemente de título, de modo que, ao contrário do que ocorre como regra no direito privado, não se aplica no direito administrativo a *nulla executio sine titulo*.
- (C) A presunção de legitimidade do ato administrativo tem como consequência o fato de que este produzirá seus efeitos enquanto a sua invalidade não for decretada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração Pública.
- (D) A presunção de veracidade dos atos administrativos corresponde à conformidade do ato com a lei, o que significa que estes se presumem lícitos até que se prove o contrário.

QUESTÃO 34

Os contratos regidos pela Lei 8.666/93, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

- (A) Por acordo das partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação.
- (B) Por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- (C) Unilateralmente pela Administração, quando conveniente a substituição da garantia de execução.
- (D) Unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

QUESTÃO 35

É fundamento da República Federativa do Brasil:

- (A) A cidadania e o pluralismo político.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A erradicação da pobreza e da marginalização.
- (D) A garantia do desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 36

Compete aos Municípios, exclusivamente, **EXCETO**:

- (A) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.
- (B) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- (C) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- (D) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.

QUESTÃO 37

São princípios da ordem econômica:

- (A) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (B) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País e o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (C) Livre concorrência e moralidade.
- (D) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais e sociais.

QUESTÃO 38

A respeito da ordem financeira constitucionais, especificamente no que tange aos créditos adicionais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A abertura de crédito suplementar, especial ou extraordinário, nunca ocorre sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- (B) Os créditos especiais e suplementares terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (C) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados mediante créditos especiais ou suplementares.
- (D) São espécies de créditos adicionais previstos na Constituição de 1988 os créditos suplementares, os créditos especiais e os créditos extraordinários.

QUESTÃO 39

Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador, nos termos expressos da CLT:

- (A) A paralisação temporária ou definitiva do trabalho, motivada por ato de autoridade municipal, estadual ou federal, ou pela promulgação de lei ou resolução que impossibilite a continuação da atividade.
- (B) A violação de segredo da empresa e a prática constante de jogos de azar.
- (C) Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, ainda que em legítima defesa, própria ou de outrem.
- (D) O não cumprimento, pelo empregador, das obrigações do contrato.

QUESTÃO 40

Acerca da incapacidade civil absoluta, é **possível** afirmar que são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) apenas os menores de 16 (dezesseis) anos.
- (B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- (C) os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

QUESTÃO 41

Sobre os defeitos do negócio jurídico, é **possível** afirmar:

- (A) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) Ocorre o estado de perigo quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- (C) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- (D) Configura-se a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

QUESTÃO 42

A respeito do contrato de compra e venda, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) É vedada a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (B) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (C) É anulável o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar. Se o terceiro não aceitar a incumbência, ficará sem efeito o contrato, salvo quando acordarem os contratantes designar outra pessoa.

QUESTÃO 43

Em relação aos limites da jurisdição nacional prevista no Novo CPC, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- (B) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.
- (C) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que, no Brasil, tiver de ser cumprida a obrigação.
- (D) Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra, julgar as ações em que o credor tiver domicílio ou residência no Brasil.

QUESTÃO 44

Sobre a competência no Novo Código de Processo Civil, é **possível** afirmar:

- (A) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função pode ser derogada por convenção das partes.
- (B) A eleição de foro não produz efeito quando constar de instrumento escrito e aludir expressamente a determinado negócio jurídico.
- (C) Dá-se a conexão entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- (D) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

QUESTÃO 45

Na atual sistemática processual civil brasileira, são cabíveis os seguintes recursos, **EXCETO**:

- (A) Apelação.
- (B) Embargos de Declaração.
- (C) Embargos de Divergência.
- (D) Embargos Infringentes.

QUESTÃO 46

A respeito da competência tributária, é **possível** afirmar:

- (A) A competência tributária é indelegável, contudo, a capacidade tributária ativa pode ser delegada.
- (B) É vedado o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- (C) O não exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- (D) O não exercício da competência tributária permite que outra pessoa jurídica de direito público, diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído, a exerça.

QUESTÃO 47

A respeito da classificação das despesas e receitas, nos termos da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, é **CORRETO** afirmar:

- (A) As despesas de custeio compreendem as despesas de investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.
- (B) As despesas correntes são subdivididas em despesas de custeio e transferências correntes.
- (C) Classificam-se como Inversões Financeiras as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas.
- (D) São Transferências de Capital as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização.

QUESTÃO 48

A respeito dos orçamentos públicos, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria simples.
- (B) É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, mas permite-se a realização de despesas que ultrapassem os créditos adicionais.
- (C) A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa.
- (D) A abertura de crédito extraordinário somente será admitida após autorização prévia do Poder Legislativo e desde que para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

QUESTÃO 49

Suspendem a exigibilidade do crédito tributário, **EXCETO**:

- (A) A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- (B) A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
- (C) A denúncia espontânea.
- (D) A moratória e o depósito do seu montante integral.

QUESTÃO 50

No que tange ao conceito de crime, nos termos do Código Penal brasileiro, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A tentativa é punida mesmo quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.
- (B) A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- (C) Considera-se crime tentado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.
- (D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, responde nas mesmas penas aplicáveis ao crime consumado.

CONCURSO PÚBLICO

CÂMARA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO
EDITAL 001/2016

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

| | |
|----|--|
| 01 | |
| 02 | |
| 03 | |
| 04 | |
| 05 | |
| 06 | |
| 07 | |
| 08 | |
| 09 | |
| 10 | |

| | |
|----|--|
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |

| | |
|----|--|
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |

| | |
|----|--|
| 31 | |
| 32 | |
| 33 | |
| 34 | |
| 35 | |
| 36 | |
| 37 | |
| 38 | |
| 39 | |
| 40 | |

| | |
|----|--|
| 41 | |
| 42 | |
| 43 | |
| 44 | |
| 45 | |
| 46 | |
| 47 | |
| 48 | |
| 49 | |
| 50 | |

